

ISSN 0104-1886

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CADERNOS DO I. L.

n. 10
JULHO DE 1993

TERMINOLOGIA



INICIATIVA: Projeto Terminológico Cone Sul - TERMISUL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFA: revista de lingüística, lexicografia e lexicologia. São Paulo: UNESP, v. 28, 1984. 144 p. (Suplemento).
- AUGER, P. et al. *Méthodologie de la recherche terminologique*. Québec: Office de la langue française, 1978. 80 p. (Études, recherches et documentation).
- DUBOIS, Cl. *Introduction a la lexicographie*. Paris: Larousse: 1971. 224 p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.
- KRIEGER, M. G. *A definição lexicográfica no novo dicionário Aurélio: análise sêmica de verbetes substantivos*. Porto Alegre: UFRGS, 1980. 214 p.
- LARA, S. A. *Aspectos de lexicografia teórica*. Granada: Universidad de Granada, 1989.
- RONDEAU, G. *Introduction à la terminologie*. Québec: Gaetan Morin, 1984. 238 p.
- ZGUSTA, Ladislav. *Manual of lexicography*. The Hague: Mouton, 1971. 357 p.

TIPOLOGIA DE DICIONÁRIOS

CLECI REGINA BEVILAQUA
UFRGS

A lexicografia comporta diferentes tipos de obras de referência. A classificação destas obras não é simples, pois interferem dois fatores importantes: de um lado, critérios lingüísticos e histórico-culturais e, de outro, o fato das obras lexicográficas serem heterogêneas.

Para resolver esse problema, Haensch (1982) propõe que a caracterização dos diferentes tipos de dicionários seja feita, em primeiro lugar, a partir da história da lexicografia e, em segundo, dos critérios teórico-lingüísticos.

Neste artigo, procuraremos mostrar a tipologia das obras lexicográficas seguindo os criterios históricos e culturais que nortearam o surgimento e a evolução da ciência lexicográfica.

Como ponto de partida, temos as obras lexicográficas produzidas na Antigüidade Clássica, cujos objetivos eram compilar e explicar as palavras que, pela evolução lingüística e cultural, já não eram mais usadas pelos falantes e, em conseqüência, tornaram-se raras e incompreensíveis. A lexicografia lingüística nasce, então, da necessidade de explicar o significado das palavras.

Com este fim e principalmente para compreender as obras dos grandes escritores clássicos, surgem, na Grécia e em Roma, os glossários. Como exemplo desse tipo de obra temos o glossário de Varrão *De linguae latinae* (século I a.C.)

Em relação a esse tipo de obra, cabe ressaltar que, hoje, o termo glossário é utilizado na lexicografia com duas acepções diferentes. A primeira como um conjunto de palavras específicas de um texto medieval ou clássico, a obra de um autor, um texto dialetal ou científico. A segunda, como um conjunto de palavras de determinada área do conhecimento que não tem o objetivo de ser exaustivo.

Na Idade Média, com o distanciamento do latim vulgar do latim culto, surgem os primeiros léxicos com o objetivo de manter a língua culta e de preservar a memória dos vocábulos. Desse modo, o dicionário torna-se o lugar onde se guardam as palavras.

Entretanto a cultura renascentista e o aparecimento da imprensa é que dão verdadeiro impulso à lexicografia. Surgem efetivamente os primeiros dicionários bilíngües e multilíngües como resultado da necessidade da crescente integração entre os povos.

Quanto à denominação das obras lexicográficas, observa-se, nessa época, o emprego do termo **vocabulário** como, por exemplo, o **Universal Vocabulario** de Antonio de Palencia (1490) ou o **Vocabulário de Romance en Latín** de Antonio de Nebrija (1492). O uso de termo **dicionário** com sentido diferente do uso latino, que tinha como objetivo reunir locuções e expressões, surgiu nas obras de Robert Estienne, **Dictionarium latino-gallicum** e **Dictionaire français-latin**, publicados em 1539. Portanto, esses dois termos somados ao termo **léxico** passaram a ser usados na Europa de forma arbitrária por diferentes autores, originando uma confusão na denominação dos diferentes tipos de obras lexicográficas que persiste até hoje.

Ainda na Renascença, os dicionários monolíngües chamavam-se **thesaurus**. Suas características principais eram a extensão dos termos e o recurso a citações de autores clássicos. É nesse sentido que ainda hoje caracterizam-se os thesaurus. Como exemplo desse tipo de obra temos o **Thesaurus linguae latinae** (1572) de Robert Estienne e o **Thesaurus graecae linguae** (1572) de Henri Estienne. No entanto esse termo também foi empregado, posteriormente, para denominar obras plurilíngües como o **Thesaurus polyglottus** (1603) de Girolamo Megiser, o **Trésor de l'histoire de l'univers** (1613) de Claude Duret e o **Thesaurus hispano-latinus** (1717) de V. Requejo.

Nos séculos XVI e XVII, surgem os primeiros dicionários e vocabulários especializados. Temos, então, os primeiros dicionários de modismos, de arcaísmos, de gíria e de determinadas matérias do conhecimento.

Nessa época, também surgem os grandes dicionários normativos monolíngües. A primeira obra desse tipo foi o **Vocabulario degli Accademici della Crusca** (Veneza, 1612), que tinha como objetivo fixar a língua da literatura italiana, baseando-se em autores como Dante, Petrarca e Boccaccio. A essa obra seguiu-se o **Dictionnaire de L'Académie Française** (1694) e o **Diccionario de Autoridades da Real**

Academia Espanhola (1739).

Essas obras representam uma nova concepção em relação à confecção de obras lexicográficas, pois propunham uma organização diferente de microestrutura. Depois da entrada, apresentam a definição lingüística e em seguida sinônimos e exemplos de uso, bem como locuções e modismos. Cabe observar que, diferentemente dos glossários clássicos, o critério que regia a seleção das entradas era "o bom uso". Um seletivo grupo de imortais, conhecedores e representantes do uso lingüístico, decidiam a inclusão ou não de um termo, procurando, portanto, fixar o uso correto e utilizando, para tanto, citações de autores considerados representativos da língua. Desse modo, a base lingüística desse tipo de dicionário é a competência lingüística de um falante do padrão culto de uma língua.

Juntamente com o trabalho lexicográfico, desenvolve-se, no século XVIII, a lexicografia enciclopédica. Desenvolvida desde a época clássica, possui uma diferença daquele, pois suas áreas de conhecimento passam a ser organizadas em ordem alfabética e redigidas em língua moderna e não mais em latim. Muitas dessas obras passam a trazer, além de informações propriamente enciclopédicas, indicações lingüísticas, razão pela qual muitas delas recebem o nome de dicionário, por exemplo, **Le Gran Dictionnaire Historique** (1674) de Louis Moréri. Contudo, por privilegiarem o mundo extralingüístico, as enciclopédias são chamadas de dicionários de coisas e não de palavras.

Além desses tipos de obras, trabalhava-se, desde o Renascimento, com a etimologia, surgindo os dicionários etimológicos como a obra **Diálogo de la lengua** (1737) de Juan Valdés. No século XIX, esse tipo de obra ganha um novo impulso com o aparecimento da lingüística histórica e da lingüística comparada. A partir desse momento, elaboram-se grandes dicionários etimológicos e históricos como o **Romanisches etymologisches Wörterbuch** (1972) de Meyer-Lübke.

A lexicografia dialetal, que teve como percurso o estudo de F.M. Sarmiento sobre o galego, foi melhor desenvolvida no século XX. Essas obras ganham novo impulso com o avanço dos estudos da dialetologia e da geografia lingüística.

Também nesse século, aparecem novos tipos de dicionários como os ideológicos e de uso, organizados por conceitos. O interesse por essas obras cresce depois do desenvolvimento dos estudos de Trier sobre os campos semânticos.

Além dos tipos de obras já citadas, temos ainda os dicionários e vocabulários especializados que ganham impulso no século XIX, em razão, principalmente, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia e, ainda, da necessidade de intercâmbio desses conhecimentos entre os países.

Os novos desenvolvimentos da Lingüística e sobretudo o estudo da lingüística sincrônica influenciam o trabalho lexicográfico. Os dicionários passam a ser descritivos, deixando de ser restritivos. Abandona-se a preocupação com o "bom uso", buscando-se registrar os termos que cumprem uma função no sistema lingüístico e que estão determinados pelo uso. Essa mudança em relação aos princípios teóricos da Lingüística também altera os princípios norteadores da lexicografia. Desse modo, a tendência purista cede lugar ao critério do uso, seja este o padrão culto ou não. A partir dessa nova concepção, os dicionários acadêmicos passam a incluir neologismos e estrangeirismos, pois considera-se que tais termos cumprem uma função legítima na língua e estão aprovados pelo uso.

Com o avanço da informática, não podemos deixar de mencionar um novo tipo de dicionário, ou seja, o dicionário eletrônico e os bancos de dados, que possuem a vantagem de serem atualizados e alimentados constantemente. Esse tipo de trabalho é desenvolvido principalmente em países como o Canadá, França e Alemanha, nos quais há grande preocupação com a preservação da língua e, portanto, com a normalização dos termos que a ela pertencem. Entre os grandes bancos de dados podemos citar o EURODICAUTOM, o banco de dados da Comunidade Econômica Européia.

No Brasil, em razão do pequeno desenvolvimento da lexicografia, temos como marco dessa ciência o **Dicionário da Língua Portuguesa** de Aurélio Buarque de Holanda, que alcançou o estatuto de dicionário acadêmico. Não podemos deixar de reconhecer, no entanto, os esforços de vários grupos, em diferentes universidades brasileiras, que

estão procurando desenvolver e criar bancos de dados, principalmente terminológicos, com o objetivo de normalizar os termos pertencentes às diferentes áreas do conhecimento e, principalmente, de formar uma consciência em relação à necessidade da criação de um órgão nacional responsável pela normatização, que assegure a univocidade da língua portuguesa, principalmente em relação aos termos pertencentes às áreas técnicas e científicas.

Depois deste breve panorama sobre a tipologia das obras de referência, podemos acrescentar que os dicionários não possuem uma forma pura e podem misturar características de vários tipos de obras lexicográficas, mas o que determina a escolha da organização geral do dicionário é o próprio objetivo a que se propõe e o público ao qual se destina.

Além disso, vemos que à medida que as línguas e as culturas evoluem, também aprimoram-se e desenvolvem-se os métodos de produção das obras lexicográficas e terminográficas. Esse aprimoramento reflete, justamente, os avanços da ciência e da tecnologia que geram constantemente novos termos. Essa criação e proliferação de termos deve, no entanto, ser organizada e normalizada para assegurar a comunicação entre as diferentes regiões de um país e, sobretudo, para permitir a integração entre as nações.

Possibilitar a compreensão de textos e assegurar a comunicação bem como o intercâmbio de informações entre os diferentes povos foram os objetivos das primeiras obras lexicográficas elaboradas desde a Antigüidade Clássica. Este ainda continua a ser o objetivo dos dicionários, dos glossários, dos vocabulários chegando aos bancos de dados elaborados e produzidos nos dias de hoje e que possuem um papel fundamental em um mundo no qual a integração entre as nações torna-se uma realidade constante e crescente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASARES, Julio. *Introducción a la lexicografía moderna*. Madrid: CSIC, 1950.
- HAENSCH, G. et al. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.
- HARTMANN, R.R.K. (Org.). *Lexicography: principles and practice*. London: Academic Press, Inc., 1983.
- REY-DEBOVE, Josette. Léxico e dicionário. Tradução por C. B. de Moraes. *Alfa*, São Paulo, v. 28, p. 45-69, 1984. Tradução de: *Lexicon and dictionary*.
- VILELA, Mario (Org.). *Problemas da lexicologia e da lexicografia*. Porto: Civilização, 1979.
- ZGUSTA, Ladislav. *Manual of lexicography*. The Hague: Mouton, 1971.

A DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA

MARIA TEREZA CAMARGO BIDERMAN
UNESP

Na prática lexicográfica a definição de uma palavra consiste numa paráfrase dessa palavra, equivalente a ela semanticamente. Através dela, o lexicógrafo pretende explicitar o que os usuários de uma língua compreendem ao se fazer referência a uma dada palavra. A definição lexicográfica baseia-se numa análise conceptual, sendo que o lexicógrafo faz uma análise semântica da palavra a ser definida. Nessa tarefa o definidor deve ser rigoroso, estabelecendo uma equação sêmica e não uma adivinhação, para que o *definiendum* seja identificado sem ambigüidade.¹

" A definição lexicográfica e a definição lógica se recobrem até certo ponto, mas apresentam diferenças notáveis. Provavelmente a mais importante delas está em que, enquanto a definição lógica tem de identificar de modo inequívoco o objeto definido (*definiendum*) de tal modo que ele deva, por um lado, contrastar radicalmente com todos os outros objetos susceptíveis de definição, e por outro lado, caracterizar-se de modo positivo e inequívoco como membro da classe mais próxima, a definição lexicográfica enumera os

¹. Cf. REY-DEBOVE. La définition lexicographique: bases d'une typologie formelle. *Travaux de Linguistique et de Littérature*, Strasbourg, v.1, p. 141-159, 1967.